

# Notícias

## Dúvidas mais frequentes no controle da qualidade

Câmara quer agir de forma pedagógica

**P**ela oportunidade e actualidade do tema, repete-se notícia publicada na Revista «TOC» n.º 91, de Outubro de 2007, sobre o esclarecimento de dúvidas relacionadas com o controle da qualidade:

«O controle da qualidade, pela alteração que tem vindo a gerar nos hábitos dos profissionais, tem-se constituído como um importante tema de debate. Porque persistem dúvidas de interpretação, entende a Direcção da CTOC que será benéfico proceder ao esclarecimento de algumas normas ou conceitos integrantes do Regulamento do Controle da Qualidade, bem como do Regulamento de Atribuição de Créditos, ou de equiparação de formações.

Saliente-se que o controle da qualidade, embora nos termos da sua implementação se sustente muito num sistema de formação obrigatório, não se limita nem restringe unicamente à formação, mas compreende também, de entre outras, a execução de acções de verificação *in loco* sobre a forma como os profissionais exercem a profissão e a verificação das condições da sua execução.

Os objectivos que se pretendem atingir encontram-se definidos no Regulamento do Controle da Qualidade, mas é entendimento da Direcção da CTOC que a implementação daquelas iniciativas trará melhores condições igualitárias para o exercício da profissão.

A impressão recolhida permite concluir que existem excelentes profissionais, para quem a qualidade e deontologia é algo de sagrado e outros que não revelam qualquer preocupação por esses assuntos.

É firme convicção da Direcção da Câmara que só uma profissão assente em preocupações qualitativas e deontológicas pode aspirar a ter bases sólidas que lhe permitam fazer face aos inúmeros ataques que uma sociedade de concorrência feroz lhe direcciona.

É necessário conceber e executar mecanismos diferenciadores e protectores dos TOC que exercem a profissão com qualidade, contra aqueles que, não a observando, acabam por praticar preços que não possibilitam um trabalho de qualidade.

Também nesse aspecto, o controle da qualidade pode e deve desempenhar um fundamental papel na criação de condições igualitárias para o exercício da profissão.

A Câmara, como entidade reguladora na execução deste objectivo, deve agir de forma pedagógica e não persecutória, mas não se pode confundir pedagogia com permissão ou anuência para com situações que comprometem a dignidade de toda uma classe profissional. Assim, cumprido o papel pedagógico sem que dele resultem melhoramentos comportamentais, deve a Câmara agir no âmbito do poder disciplinar que a lei lhe confere.

É fundamental que todos os profissionais compreendam bem não só o alcance, mas também o modo de funcionamento dos regulamentos aplicáveis.

Para tal, apresenta-se uma lista com as dúvidas mais frequentes, baseada nos milhares de cartas que a CTOC recebeu quanto ao tema da qualidade.

### **Quem está obrigado à formação de créditos?**

– Apenas os profissionais que assumem a responsabilidade por contabilidades, ou seja, apenas aqueles que assinam declarações fiscais estão obrigados a comprovar a formação de créditos.

### **Quem está dispensado da comprovação da formação de créditos?**

– Estão dispensados de comprovar a formação de créditos os TOC que se encontrem nas seguintes situações:

- 1 – Os TOC que leccionem nos anos lectivos a que respeita a obrigação as disciplinas de Contabilidade ou Fiscalidade em instituições do ensino superior;
- 2 – Os TOC que desempenhem funções nos órgãos da CTOC;
- 3 – Os TOC que, por doença ou impossibilidade permanente ou accidental, se encontrem impedidos de participar nas acções de formação, desde que requeiram e comprovem aquela impossibilidade, com vista à derrogação da obrigação por parte da Direcção da Câmara;
- 4 – Os que, não obstante, tenham assumido a responsabilidade por contabilidades e a tenham

terminado até ao limite do prazo para a sua comprovação;

- 5 – No próprio ano ou nos dois anos subsequentes, os TOC que frequentem cursos ou acções que atribuam grau académico (licenciatura, mestrados ou doutoramento), conforme tenham um aproveitamento superior a 25 por cento ou igual a 100 por cento das matérias que compõem o curso ou formação;
- 6 – No próprio ano, os TOC que frequentem pós-graduações ou cursos de especialização ministradas por estabelecimentos do ensino superior e que obtenham um aproveitamento superior a 25 por cento das matérias leccionadas.

A isenção prevista no n.º 1 deve ser comprovada até ao termo do prazo a que se aplica, através de declaração emitida pela instituição do ensino superior, onde se indique o nome do membro a disciplina leccionada e o ano lectivo a que respeita. A dispensa prevista nos restantes pontos, deve ser comprovada pelos interessados até ao final do mês de Setembro do ano a que respeita, acompanhada de declaração emitida pelo respectivo estabelecimento de ensino superior onde se descreva o curso frequentado, o ano e o aproveitamento obtido pelo formando.

Com vista a avaliar do interesse da formação para o exercício da profissão, os interessados, através da «Pasta TOC», por isso sem qualquer custo, devem solicitar o entendimento da CTOC quanto ao curso ou formação a frequentar.

#### **Quando é que se faz a comprovação da obtenção dos créditos?**

– A comprovação dos créditos é feita nos três anos subsequentes ao início da assumpção da responsabilidade, sendo que apenas releva a formação obtida nos últimos dois anos daquele prazo.

Os TOC que tenham iniciado a responsabilidade em 2004 ou em anos anteriores teriam que comprovar até 31 de Dezembro de 2007, prorrogado para 31 de Dezembro de 2008 a formação de uma média de 35 créditos nos anos de 2006 e 2007 que, por efeito da prorrogação, poderão comprovar até 31 de Dezembro de 2008.

A contagem faz-se sempre por biénios, pelo que os TOC que iniciaram a responsabilidade em 2005, têm que, no biénio de 2007/2008, apresentar uma média de 35 créditos, e assim sucessivamente.

Os biénios são analisados autonomamente, não transportando o excesso de formação de um biénio para outro.

#### **Que formação releva para a obtenção dos créditos?**

– Os TOC são livres de frequentarem as formações que muito bem entenderem. No entanto, atentas

as preocupações do controle da qualidade, houve a necessidade de se criar alguns mecanismos específicos de funcionamento da formação que releva para a formação de créditos no âmbito do controle da qualidade. Para aquele efeito, a formação foi concebida em três níveis.

O primeiro nível enquadra toda a formação e eventos realizados pela CTOC, sendo considerada formação institucional, definindo-se ainda que toda a formação de duração inferior a 16 horas tem esse carácter.

Por isso, toda a formação ou eventos realizados pela CTOC, quando devidamente enquadrada, relevam para a formação de créditos.

O segundo nível situa-se no âmbito da colaboração de uma profissão reconhecida de interesse público e as instituições de ensino superior na persecução daquele interesse.

Daí a criação de um mecanismo que não só incentive, mas que também privilegie, o esforço que os profissionais façam no aprofundamento ou aquisição de melhores e maiores conhecimentos. Finalmente, um terceiro nível que se situa no interesse comercial associado à formação.

Neste domínio conceberam-se regras e procedimentos que possibilitem à entidade reguladora e disciplinadora da profissão uma intervenção *a priori* que permita um juízo crítico sobre a adequação ou não das matérias às necessidades da profissão, bem como uma análise objectiva quanto à garantia da qualidade da formação a ministrar.

Finalmente, porque muitas das acções de formação constituem um meio de comunicação entre a entidade reguladora e os seus membros, institucionalizou-se que dos 35 créditos, em média, obrigatórios para os profissionais, 12 têm que obrigatoriamente ser obtidos em acções de formação ou eventos realizados pela Câmara.

As reuniões livres são eventos realizados pela Câmara.

Assim, as formações obtidas ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Créditos, só relevam para efeitos de atribuição de créditos, as obtidas após a sua entrada em vigor, cumpridas que sejam as formalidades previstas nos seus artigos 8.º e 12.º para as entidades aí previstas.

#### **Outras questões**

– Para possibilitar aos TOC o cumprimento do que se encontra estabelecido, no início de cada ano a Câmara enviará uma comunicação ao membro, informando-o da obrigação de obtenção dos respectivos créditos e, no último ano, do montante dos créditos acumulados e dos que faltam para cumprir com a obrigação estabelecida.» ■



## Mensagem de Natal do presidente da Direcção

**C**olegas, nesta época festiva em que readquirimos novo ânimo para futuros projectos e desafios, venho, a exemplo de anos anteriores, não só desejar a todos Boas Festas, mas também reconhecer o esforço que os Técnicos Oficiais de Contas desenvolveram em 2008, nomeadamente com a frequência activa nas acções de formação promovidas pela CTOC.

Sei por experiência própria, por ter conciliado a árdua tarefa de trabalhar e estudar em simultâneo, o esforço que é necessário fazer após uma jornada laboral para participar, por exemplo, numa reunião livre ou numa qualquer outra acção formativa.

Hoje é pacífico que o Técnico Oficial de Contas, concebido numa matriz anterior ao reconhecimento público da profissão, não consegue subsistir numa sociedade cada vez mais exigente e onde a competitividade é diariamente ampliada a níveis nunca vistos.

Os profissionais da Contabilidade e da Fiscalidade não podem conformar-se em cumprir as exigências de natureza fiscal ou a mera execução da contabilidade.

O seu trabalho vai muito além daquelas práticas e, para se constituir como uma efectiva mais-va-

**A qualidade dos Técnicos Oficiais de Contas é a pedra de toque de todo esse processo e, se não estivermos preparados, não tenhamos ilusões: ninguém vai fazer por nós o que apenas a esta classe compete realizar.**

lia junto das empresas, tem que reunir um conjunto de sensibilidades e conhecimentos, visando responder aos problemas que se deparam às empresas e aos empresários.

Um profissional com estas características é um valor acrescentado nas empresas e cria laços de solidariedade e credibilidade com os empresários. Um TOC com esta atitude, dificilmente será trocado por aqueles que praticam honorários indignos de uma mulher-a-dias, com todo o respeito por quem desempenha esta actividade.

É por esse perfil de profissional que sempre temos lutado. É esse profissional que ansiamos ver implementado na nossa actividade, mas para isso temos consciência que só com o esforço e dedicação de cada um, conseguiremos atingir as metas desejadas.

A qualidade dos Técnicos Oficiais de Contas é a pedra de toque de todo esse processo e se não estivermos preparados, não tenhamos ilusões: ninguém vai fazer por nós o que apenas a esta classe compete realizar.

A credibilidade e a dignidade de qualquer profissão, e também da nossa, não se reclama nem se decreta, conquista-se pelos profissionais, não com bons e oportunos discursos, mas fundamentalmente com o árduo trabalho do dia-a-dia.

Todos os TOC, sejam homens ou mulheres, que lutam por uma profissão melhor, são os grandes obreiros dessa digna missão e, é pelo menos nossa convicção, que o futuro nos agradecerá integralmente o esforço que hoje estamos a despende.

É com a certeza que estamos no caminho correcto e na satisfação do dever cumprido que desejo a todos, sem qualquer excepção, um Santo e Feliz Natal e um próspero Ano Novo. ■

*Lisboa, 10 de Dezembro de 2008  
O presidente da Direcção  
A. Domingues de Azevedo*

Devido ao acréscimo de notícias nesta edição da Revista «TOC», tivemos de suprimir as questões do «Consultório Técnico». Esta secção será retomada na edição de Janeiro.

## Grandes para quê?

XVII Seminário Internacional do CILEA  
– PME cada vez mais importantes no contexto da globalização

Cerca de oito centenas de Técnicos Oficiais de Contas assistiram no passado dia 7 de Novembro, no Europarque, em Santa Maria da Feira, ao XVII Seminário Internacional de Países Latinos da Europa e América. O mote do encontro foi «As PME como factor de desenvolvimento» e o tema acabou por ser abordado sob os mais diversos ângulos, tanto por especialistas portugueses como do mundo latino, deixando à assistência um leque considerável de conhecimentos e pistas para novas abordagens.

Alguns desses caminhos foram apontados, desde logo, por Domingues de Azevedo, na sessão de abertura. «AS PME foram consideradas, durante muito tempo, uma espécie de parceiro pobre da estrutura empresarial e o seu papel foi muitas vezes menosprezado», sustentou o presidente da Direcção da CTOC para quem é de extrema importância «discutir a capacidade de criação de valor, do crescimento sustentável e da sobrevivência num mundo global das PME.»

A sessão inaugural contou ainda com a presença de Fernando Mendonça, em representação do Governador Civil de Aveiro, que agradeceu à Câmara «o facto de ter escolhido para a realização do encontro o distrito de Aveiro e o concelho da Feira, em particular», revelando também a total disponibilidade do Governo Civil «em colaborar, no âmbito das suas competências, no que lhe for solicitado.»

Seguiu-se José Maria Mendes, vice-presidente do CILEA pelo Brasil, em representação do presidente, o espanhol Fernando González-Moya que, por motivos de saúde, acabou por não poder estar presente na conferência, apesar de se ter deslocado a Portugal. «Somos 18 países de língua latina no CILEA e temos dado importante contributo no panorama contabilístico internacional. Ainda no ano passado lembrámos ao IASB a necessidade de se criarem normas para as pequenas e micro empresas, um universo onde

se encontram cerca de 95 por cento do total das empresas existentes no mundo», garantiu este responsável brasileiro.

### Os TOC nas PME

A primeira sessão do dia, subordinada ao tema «Os profissionais da Contabilidade nas PME», contou com três oradores. Coube a Manuel Caseirão, *partner* da BDO, “abrir as hostilidades”, mostrando-se, desde logo, defensor de «uma contabilidade exigente e ao serviço das empresas.» Depois de traçar a definição de PME em Portugal, de acordo com o normativo nacional, e de apresentar um conjunto de estatísticas que mostravam o peso das PME na economia portuguesa e europeia, tanto em volume de negócios como em número de trabalhadores, o orador apresentou algumas das soluções para as PME sobreviverem num mundo globalizado: competência técnica e capacidade competitiva, governo da sociedade e informação para gestão, salientando, sobre este último ponto o facto de ele servir «para gerir correctamente a empresa. A Contabilidade é a grande ferramenta que as empresas têm para gerir o seu desempenho», sustentou Manuel Caseirão



Técnicos Oficiais de Contas aderiram em força ao seminário do CILEA

que apresentou uma série de pontos onde a utilidade da Contabilidade é indispensável: da área contabilístico-financeira, à área produtiva, da área fiscal ao crédito. Ou seja, concluiu o orador, a informação gerada pela Contabilidade serve para «maior e melhor projecção junto das partes interessadas, possibilidade de aceder a apoios institucionais vantajosos e apoio à sustentabilidade das operações a longo prazo.»

«Que modelo de profissional» foi o tema escolhido por Ezequiel Fernandes para a intervenção seguinte. Partindo de uma questão prévia – qual o modelo do profissional mais adequado ao desenvolvimento das PME? – o também presidente da Comissão de Inscrição da CTOC concluiu que o profissional deverá «transformar os dados em informação útil para o empresário, reconciliar as PME com as exigências da sociedade global e contribuir para o reconhecimento de oportunidades e decisões de sucesso.» Desta forma, será necessário que o TOC actue dentro de um modelo onde o «conhecimento, mudança, tecnologia e tempestividade» sejam factores essenciais.

Porque «a sociedade tem que acreditar que a função do TOC exige credibilidade», é necessário, concluiu Ezequiel Fernandes que o profissional tenha «sólida formação de base, formação ao longo da vida, consistência de princípios, capacidade de comunicação e competências para a resolução de “novos” problemas.»

O primeiro painel do dia ficaria concluído com «A informática “informada”». Autor da apresentação: Francisco Regateiro. Âmbito: relação dos TOC com as novas tecnologias e a importância da gestão dos sistemas de informação (GSI). Depois de apresentar definições de GSI de acordo com dois autores (Booth e Amaral), o chefe do



Avelino Antão, José Maria Mendes, Manuel dos Santos e Domingues de Azevedo destacaram a importância das PME no contexto da globalização

departamento de Sistemas Informáticos da CTOC salientou a necessidade de existir um bom planeamento, desenvolvimento, exploração, gestão, recursos e informação arquitectural. Neste último ponto, o orador lembrou que se trata do «conjunto de representações que descrevem, a um nível global e de forma articulada, todos os aspectos relevantes dos sistemas de informação.» Em jeito de conclusão, Francisco Regateiro avançou com a ideia de que «a gestão de sistemas de informação contribui para que o investimento em tecnologia seja acompanhado por resultados.» Por seu lado, «a informação arquitectural permite melhorar o planeamento e o controlo, reduzir a complexidade da gestão e compreender a total integração dos componentes dos sistemas de informação.»

## PME e criatividade

O segundo painel da manhã, moderado por Eurico Cirne Lima Basto, foi subordinado ao tema «A criatividade nas PME». Daniel Bessa, presidente do Gabinete de Estudos da CTOC e da Escola de Gestão do Porto, foi o primeiro orador, debruçando-se, inicialmente, sobre o actual contexto de crise económica mundial e a evolução dos mercados.

«Se não tivessem sido tomadas medidas na União Europeia, Estados Unidos e Japão, já não teríamos sistema financeiro», foi a advertência deixada pelo ex-ministro da Economia, que acrescentou que «estivemos à beira de uma catástrofe de dimensões inimagináveis» que deixou o sistema financeiro literalmente «fora de serviço».

«Por falta de confiança as pessoas deixaram de acreditar na banca. O sistema foi salvo, é certo, o mais difícil também foi vencido, mas não escaparemos

a uma realidade: o comportamento das instituições financeiras vai ser diferente daqui para a frente», afirmou Bessa. O professor universitário elogiou o trabalho de recuperação feito pelos responsáveis políticos portugueses desde 2001, nomeadamente na área dos custos, mas que, entretanto, também foi afectada. Daniel Bessa identificou a governação PS e PSD, nos anos 90, como a «pior» para a economia portuguesa, apontando a raiz do problema no «modelo de crescimento insustentável», assente na dívida dos particulares e do Estado, o défice da balança a mais de 10 por cento do PIB, entre outros factores. «Devíamos ter baseado o crescimento em exportações e não no consumo», sentenciou. Sobre o futuro próximo, Bessa afirmou não se admirar que as empresas espanholas venham, até este lado da fronteira, aproveitar a situação «favorável em termos de custos de produção».

Por seu turno, Armindo Monteiro, o orador seguinte no seminário, visando o factor criatividade nas PME, começou por frisar que «vivemos a era de todos os medos para as empresas e para o mundo». O presidente da Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJE) acrescentou que a sucessão de acontecimentos levou a que o mundo esteja no «limiar de uma forte conflitualidade social», em que domina a luta pela sobrevivência. «É preciso regressar ao tempo das ideias, mas a gestão das emoções é um princípio orientador dos governos, quando não devia ser. Os *fait-divers* converteram-se numa ideologia da governação. A democracia, o poder do povo, está transformar-se em “emocracia”, a gestão das emoções», lógica que se vai arrastando para a liderança empresarial. E é este particular, sustenta, que o TOC, «fazendo uso da razão», deve evitar. Armindo Monteiro adiantou que «os políticos, ao reagirem apressadamente às emoções, legislam arbitrariamente, sem perspectivas de longo prazo». O empresário criticou «a tentação, de que sofrem os homens políticos, de mudar o sistema, antes mesmo de o procurarem estabilizar», criticando a «diabolização da iniciativa privada». «O regresso do Estado, enquanto agente económico, não deve anular a energia dos privados. É preciso refundar a economia global», defendeu.

Armindo Monteiro não concluiu o seu pensamento sem defender, com “unhas e dentes”, as PME: «Elas não foram as responsáveis pela indigestão que acometeu o sector financeiro. As PME são as únicas capazes de inovar e criar e não praticam jogos de sorte ou de azar como a banca, que precisa de ser reeducada. Precisamos da banca, mais do que nunca, mas não prome-

temos a lua, até porque, 50 por cento das 362 mil PME facturam até 150 mil euros por ano.» O empresário salientou estarmos perante uma «luta desigual entre as PME e cerca de 800 empresas, verdadeiramente grandes», que negociam directamente com o Estado benefícios fiscais para projectos de investimento, algo que está vedado às empresas de pequena dimensão.

Finais de Armindo Monteiro foram de estímulo para os presentes: «Não aceitem o chico-esperitismo como base para o negócio, prefiram, antes, a aposta na inteligência. Vocês, TOC, foram os primeiros a ver que a crise se avizinhava, espero que em 2009 consigam vislumbrar a esperança no horizonte».

Marin Toma, o presidente da CECCAR, a entidade que representa os contabilistas na Roménia, abordou o tema «As PME como contributo para a investigação e desenvolvimento», com especial enfoque no que se faz no seu país. Criação de crescimento e de emprego, aumento das exportações, estímulo da cultura empresarial e coesão social, são para Toma as principais virtualidades das PME. Marin Toma defendeu ainda que as PME são «a coluna vertebral» da economia romena e «a força motriz» do seu progresso, tendo operado aquilo a que chamou uma «revolução silenciosa».

## Organização nas PME

Helena Oliveira, em representação da Associação Portuguesa dos Peritos Contabilistas, também membro do CILEA, inaugurou a terceira sessão do dia, subordinada ao tema «A importância da organização nas PME.» A docente do ensino superior apresentou um trabalho assinado por si e mais dois autores (Benjamim Sousa e Alfredo Teixeira, ambos igualmente docentes no ISCAP) dedicado às «Necessidades organizacionais das PME.»

A oradora começou por apresentar o conceito de empresa e a classificação que o normativo português aplica para distinguir os diversos tipos de empresa. De acordo com o INE, 81,3 por cento das empresas têm menos de 10 trabalhadores e apenas 3,6 por cento possuem mais de 50 funcionários.

Depois de uma breve incursão sobre a perspectiva evolutiva da empresa e sobre as diferentes etapas (arranque, expansão, maturidade e eventual declínio), Helena Oliveira debruçou-se sobre a problemática da inter-relação família e empresa, identificando alguns focos de conflito como a relação nem sempre clara entre propriedade e direcção, mas também algumas vantagens como a posse de recursos intangíveis importantes.

Seja como for, esta docente universitária não tem dúvidas de que as PME necessitam de uma estruturação para se desenvolverem mas reconheceu também que os problemas de sucessão associados aos interesses da família e empresa são uma constante. Por outro lado, quando negócios e família se cruzam é mais fácil existirem falhas na aplicação das teorias organizativas e «os problemas de controlo» podem ser mais evidentes «quando as normas da empresa e a família estão em conflito. Norberto Barbieri, em representação da Argentina, deu a conhecer um pouco da realidade daquele grande país sul-americano. Com uma exposição dedicada à «Contabilidade como elemento fundamental de gestão», este especialista começou por salientar a importância das PME, alertando para a necessidade de se ter «normas contabilísticas internacionais adaptadas às pequenas e médias empresas. Este é um tema que tem ganho muita actualidade e que é necessário continuar a desenvolver», sustentou o orador argentino.

Depois de traçar o quadro em que as PME argentinas crescem e se desenvolvem, normalmente com uma forte presença da família, Norberto Barbieri revelou que «os empresários, normalmente líderes familiares, exercem as suas funções de forma autocrática» e «privilegiam a sua própria experiência sobre a técnica e o conhecimento especializado» o que, naturalmente, acarreta sérios problemas. Todavia, a Contabilidade tem sentido a necessidade de se adaptar às mudanças tanto a nível mundial como regional o que «obriga cada negócio a readaptar-se para não perder a batalha da competitividade.» Ante este desafio, sustentou o argentino, «o empresário deve ser o primeiro a desenvolver-se» porque só assim abrirá caminho a que se separe «a propriedade da gestão.» Assim sendo, os profissionais devem disponibilizar «informação útil, oportuna e fiável.» E que ferramentas utilizar? Norberto Barbieri avança com o manancial disponível na Contabilidade como recurso operativo e como recurso estratégico.

A finalizar a terceira sessão surgiu o contributo brasileiro, através de José Maria Mendes. O vice-presidente do CILEA falou sobre «O papel das PME na sustentação da economia», trazendo até Santa Maria da Feira o quadro actual do Brasil. O orador deu a conhecer o apoio institucional do governo brasileiro às pequenas e micro empresas e a forma como é feito o escalonamento.

Facturação anual não superior a 240 mil reais: micro-empresa; facturação anual não superior a 2 400 000 reais – pequena empresa. Feitas as contas, o Brasil possuía, de acordo com os dados disponíveis, 4 998 000 PME e 102 mil médias e grandes empresas. De acordo com projecções recentes, o Brasil alcançará 8,8 milhões de empresas em 2015.

Em jeito de conclusão, José Maria Mendes salientou o facto de tanto nos países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento existir dificuldade para as PME obterem financiamento, «o que demonstra o mau funcionamento do mercado de capitais.»

## Globalização

O quarto painel do dia iniciou-se com a intervenção de Francesco Serao, o primeiro presidente do CILEA. O orador italiano abordou «A irreversibilidade da globalização» à luz dos recentes acontecimentos. Serao declarou que «a globalização é um problema de liberalização de bens, serviços e capitais» e que, fruto das crescentes assimetrias, aprofundou uma «guerra David contra Golias». Sobre as tendências mais vincadas que se desenharam, Serao destacou os fluxos migratórios de países pobres para ricos, a fusão e concentração de bancos e o «trabalho imenso» que representa para as PME as Normas Internacionais de Contabilidade. O italiano disse ainda que são várias as ameaças que levam a que as PME «se defendam contra os efeitos da globalização».

O director da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica do Porto, Alberto Castro, teve a seu cargo o tema «As PME como factor concorrencial». Castro começou por defender que as PME são os «músculos de qualquer país», fazendo a analogia com o corpo humano. Sobre os «mitos/equívocos» em torno das PME, o académico elencou o «complexo da pequenez», mas, sublinhou, que «há cada vez mais PME com vocação planetária» – as “born global”, como definiu. Alberto Castro salientou o papel cada vez mais destacado desempenhado pelos «campeões ocultos», ou seja, «empresas que preferem ser excelentes em vez de serem grandes». «As PME são indispensáveis ao tecido produtivo e à coesão nacional e, no fundo, são tão importantes como as grandes empresas», disse. Alberto Castro esclareceu que «as PME e as

grandes empresas têm ambas a mesma luta». Em jeito de conclusão, o docente afirmou que «se as grandes empresas são importantes, as PME são decisivas.»

José Maria Raigón abordou o tema «As relações internacionais da profissão e a globalização». O especialista espanhol iniciou a sua intervenção defendendo a tese que «não existe outro caminho que não seja o fortalecimento das relações internacionais», com o intuito de dar resposta aos desafios provocados pela «linguagem comum das Normas Internacionais de Contabilidade». Raigón chamou a atenção da plateia para «a preponderância que tem vindo a ser assumida pela visão anglo-saxónica, não apenas na Contabilidade», facto que «precisa de um sólido contra-peso latino», nomeadamente no debate das NIC. O orador espanhol defendeu que uma das principais mais-valias, actualmente, é possuir «capacidade de antecipação aos acontecimentos», exemplificando com o sucedido ao banco de investimento, Lehman Brothers. «A par de modelos de controle da informação contabilística, é necessário uma nova *governance* das empresas». A criação de associações internacionais e o estímulo às já existentes, como é o caso do CILEA, que consigam «dar soluções globais, para problemas globais», foi a mensagem final deixada por Raigón.

O encerramento do último painel do seminário internacional coube a Joaquim Rocha da Cunha,

presidente da associação das PME-Portugal. Na dissertação que fez sobre «a evolução previsível das PME», o dirigente associativo referiu «as crescentes queixas de políticos e das PME contra o movimento da globalização», numa altura em que no mundo, «os chineses são a fábrica», o Brasil, «o celeiro» e a Índia, «a inteligência». «Vivemos uma era perigosa», referiu Joaquim Cunha, que preconizou que «na génese da crise está o facto de os bancos não conhecerem os clientes», tornando-se imprevisível estimar os estragos decorrentes. Sobre o clima de turbulência instalado, Joaquim Cunha afirma que a recessão pode «durar entre 2 a 10 anos», prejudicando fortemente as PME. «São as empresas à mercê da incerteza e são os elos mais fracos da cadeia, sem capacidade e almofada de endividamento dos bancos, sujeitas ao avassalador desafio da globalização». As derradeiras palavras tiveram como destinatários os Técnicos Oficiais de Contas e a sua estreita relação com empresas e empresários: «Os TOC são extraordinariamente importantes para as PME e especialmente para as micro-empresas. São uma espécie de confissores para o empresário e as PME são as suas principais clientes».

### Conclusões

A súmula das conclusões pertenceu ao presidente do Conselho Técnico da CTOC, Avelino Antão. A



Foto de família reúne os organizadores do evento

estratégia anti-crise das PME com a aposta na criatividade, os TOC como primeiros vectores para antecipar o futuro e o papel influenciador do CILEA, que representa profissionais de 18 países, junto do IFAC para a criação de uma secção para tratar problemas específicos das pequenas e médias empresas, foram algumas ilações extraídas por Avelino Antão.

O presidente da CTOC, Domingues Azevedo, reconheceu que o tema «PME», pese embora «fugir às temáticas da formação tradicional da Câmara», revela-se de fulcral importância, na medida em que, «quanto melhor percebamos a dinâmica do mundo, melhores respostas daremos às dúvidas que nos são colocadas.»

Depois dos agradecimentos à organização e aos participantes de José Maria Mendes, vice-presidente do CILEA, usou da palavra Manuel dos Santos, presidente da Mesa da Assembleia Geral da CTOC. «O apoio às PME é um tema recorrente, sempre presente na agenda política. Urge tratar do aparelho produtivo e da economia real, o que vislumbro ser a única saída para a crise, antes que esta se espalhe para a área social e quiçá política.»

O eurodeputado acrescentou que «a mão invisível falhou» e que é necessário «regular, fiscalizar e, prioritariamente, responsabilizar os culpados.» ■

## «Conselho Fiscal» da CTOC todos os dias na TSF

Boa receptividade ao programa patente no *site* da rádio de informação

**P**rossegue a parceria entre a CTOC e a TSF. Durante os dias úteis da semana, às 7h40 e com repetição às 18h45, os conselhos sobre fiscalidade, através de uma linguagem mais simplificada, estão a cargo dos colaboradores da Câmara, Paula Franco, Amândio Silva, João Antunes e Sandra Bernardo. De 28 de Outubro a 2 de Dezembro, os temas abordados foram os seguintes: «Enganos da administração fiscal»; «O capital social das empresas»; «Tributação na Restauração»; «Obrigações fiscais; Estágios profissionais e tributação em IRS»; «Pagamento especial por conta e pagamento por conta; Rendimentos prediais»; «Circunstâncias da isenção de IRS para actividades culturais, recreativas e desportivas»; «Tributação das remunerações acessórias»; «IVA»; «Tributação de imóveis»; «Despedimento»; «Retenções na fonte»; «Incentivo à realização em dinheiro do capital das PME»; «Deduzir à colecta despesas de saúde com o agregado familiar»; «Representante fiscal»; «Donativos a IPSS, ONG e outras instituições reconhecidas no âmbito do mecenato»; «Pensões de alimentos»; «Donativos e deduções à colecta»; «Prejuízos fiscais»; «Transmissão de bens em 2.<sup>a</sup> mão»; «Diferenças nas deduções de despesas de saúde»; «Prazos para liquidação e pagamento dos impostos»; «IMI»; «Mudança da morada fiscal». Todos os programas transmitidos na rádio de in-



Parceria CTOC/TSF presta autêntico serviço público

formação, sintonizável na frequência 89.5 FM, podem ser consultados em [www.tsf.pt](http://www.tsf.pt). A boa aceitação do programa está patente na página da Internet da rádio, com a maior parte dos registos de áudio a terem sido consultados, diariamente, por mais de 50 utilizadores. Nalguns casos, esse número supera mesmo a centena. ■

## Formação da CTOC para 2009

Conteúdo programático já disponível

Com o objectivo de facultar atempadamente a programação da formação a frequentar em 2009, apresenta-se o plano que a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas tem já delineado. De referir que compreende apenas as formações e as reuniões livres, não contendo as conferências, encontros de História da Conta-

bilidade ou outros eventos que a CTOC decida realizar e que serão, pontual e oportunamente, comunicados aos membros.

Para melhor esclarecimento das matérias que serão tratadas nas acções de formação a realizar pela CTOC no próximo ano, apresentam-se também os respectivos conteúdos programáticos.

Plano global de formação para 2009 (Datas e locais disponíveis brevemente em <a href="http://www.ctoc.pt">www.ctoc.pt</a> )						
Mês	Tipo	Código	Tema	Carga horária	Créditos	Preço
Janeiro	Eventual	EV0109	Orçamento do Estado 2009; Encerramento e prestação de contas 2008	8	12	32€
	Reunião livre	RL0109	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL0209	Livre	2	3	---
	Distância	DIS0109	Contabilidade para juntas de freguesia	16	24	64€
	Distância	DIS0209	IVA – Regimes particulares	16	24	64€
	Distância	DIS0309	Elaboração de um plano de negócios	16	24	64€
	Distância	DIS0409	Análise de balanços e estudo de indicadores económico-financeiros	16	24	64€
Fevereiro	Segmentada	SEG0109	O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – Operações transfronteiriças	16	24	96€
	Permanente	PER0109	Contencioso tributário	32	48	128€
	Segmentada	SEG0209	Os impostos diferidos (normativo actual vs SNC)	8	12	48€
	Reunião livre	RL0309	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL0409	Livre	2	3	---
	Distância	DIS0509	Prestação de contas na Administração Pública	16	24	64€
	Distância	DIS0609	O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - Operações transfronteiriças	16	24	64€
	Distância	DIS0709	Finanças e mercados financeiros	16	24	64€
Março	Segmentada	SEG0309	Preparação de um dossier de preços de transferência e medidas anti-abuso	8	12	48€
	Permanente	PER0209	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (normativo actual vs SNC)	24	36	96€
	Reunião livre	RL0509	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL0609	Livre	2	3	---
	Distância	DIS0809	Processo de execução fiscal	16	24	64€
	Distância	DIS0909	IRC – Revisão do Código	16	24	64€
	Distância	DIS1009	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (normativo actual vs SNC)	24	36	96€

(Continuação na página seguinte) →

<b>Plano global de formação para 2009</b> (Datas e locais disponíveis brevemente em <a href="http://www.ctoc.pt">www.ctoc.pt</a> )						
Mês	Tipo	Código	Tema	Carga horária	Créditos	Preço
<b>Abril</b>	Segmentada	SEG0409	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos)	16	24	96€
	Permanente	PER0309	As alterações do Código do Trabalho – segurança e higiene no trabalho – procedimentos administrativos do sector de pessoal	32	48	128€
	Reunião livre	RL0709	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL0809	Livre	2	3	---
	Distância	DIS1109	Consolidação de contas na Administração Pública	16	24	64€
	Distância	DIS1209	Infracções tributárias	16	24	64€
	Distância	DIS1309	IRS – Revisão do Código	16	24	64€
<b>Maio</b>	Segmentada	SEG0509	SNC – A estrutura conceptual	8	12	48€
	Permanente	PER0409	Contabilidade orçamental	32	48	128€
	Reunião livre	RL0909	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL1009	Livre	2	3	---
	Distância	DIS1409	SNC – A estrutura conceptual	8	12	32€
	Distância	DIS1509	As alterações ao Código do Trabalho – segurança e higiene no trabalho – procedimentos administrativos do sector de pessoal	32	48	128€
	Distância	DIS1609	SNC – Activos não correntes	16	24	64€
<b>Junho</b>	Eventual	EV0209	Estrutura conceptual (SNC) e os novos modelos de relato financeiro; Fiscalidade em função dos documentos	8	12	32€
	Reunião livre	RL1109	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL1209	Livre	2	3	---
	Distância	DIS1709	Gestão de tesouraria	16	24	64€
	Distância	DIS1809	SNC – Imparidade de activos e contingências	16	24	64€
	Distância	DIS1909	IRS – Mais e menos-valias obtidas por residentes e não residentes	16	24	64€
	Distância	DIS2009	Convenção modelo OCDE para evitar dupla tributação	24	36	96€
<b>Julho</b>	Reunião livre	RL1309	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL1409	Livre	2	3	---
	Distância	DIS2109	IVA – Revisão do Código	16	24	64€
	Distância	DIS2209	SNC – Passivos não correntes	16	24	64€
<b>Setembro</b>	Segmentada	SEG0609	Contratação pública	12	18	72€
	Permanente	PER0509	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC	32	48	128€
	Reunião livre	RL1509	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL1609	Livre	2	3	---
	Distância	DIS2309	Contratação pública	12	18	48€
	Distância	DIS2409	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos)	16	24	64€
	Distância	DIS2509	SNC – Pequenas entidades	16	24	64€

(Continuação na página seguinte)

Plano global de formação para 2009 (Datas e locais disponíveis brevemente em <a href="http://www.ctoc.pt">www.ctoc.pt</a> )						
Mês	Tipo	Código	Tema	Carga horária	Créditos	Preço
Outubro	Eventual	EV0309	Contabilidade pública; Fiscalidade em função dos documentos publicados	8	12	32€
	Segmentada	SEG0709	Ajustamentos, provisões e anulações de dívidas	12	18	72€
	Permanente	PER0609	Convenção modelo OCDE para evitar dupla tributação	24	36	96€
	Reunião livre	RL1709	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL1809	Livre	2	3	---
	Distância	DIS2609	SNC – Adopção pela primeira vez das NCRF	16	24	64€
	Distância	DIS2709	IRC – Alterações na sequência da adopção do SNC	16	24	64€
	Distância	DIS2809	Peritagem contabilística e fiscal	16	24	64€
	Distância	DIS2909	Contencioso tributário	32	48	128€
Novembro	Segmentada	SEG0809	O reconhecimento, mensuração e divulgação dos activos tangíveis e intangíveis (actual normativo vs SNC)	12	18	72€
	Permanente	PER0709	O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	32	48	128€
	Reunião livre	RL1909	Livre	2	3	---
	Reunião livre	RL2009	Livre	2	3	---
	Distância	DIS3009	Contabilidade Orçamental na Administração Pública	16	24	64€
	Distância	DIS3109	SNC – Preparação das demonstrações financeiras	16	24	64€
	Distância	DIS3209	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC	32	48	128€
Dezembro	Reunião livre	DIS2109	Livre	2	3	---

## Formação eventual

### Janeiro

#### Tema 1: Orçamento do Estado para 2009

Conteúdos programáticos:  
Alterações decorrentes do Orçamento do Estado aos códigos fiscais.

#### Tema 2: Encerramento e prestação de contas de 2008

Conteúdos programáticos:  
Processo de encerramento de contas;  
Apuramento da matéria colectável;  
Documentos de relato financeiro.

### Junho

#### Tema 1: Estrutura conceptual (SNC) e os novos modelos de relato financeiro

Conteúdos programáticos:  
Objectivo da estrutura;  
Conceitos;

Modelos de relato financeiro.

#### Tema 2: Fiscalidade em função dos documentos publicados

Conteúdos programáticos:  
A definir em função dos diplomas legais publicados.

### Outubro

#### Tema 1: Contabilidade Pública

Conteúdos programáticos:  
A definir pela Comissão Permanente para a Contabilidade Pública (CPCP).

#### Tema 2: Fiscalidade em função dos documentos publicados

Conteúdos programáticos:  
A definir em função dos diplomas legais publicados relacionados com a Contabilidade Pública.

## Formação segmentada

### Janeiro

#### **Curso: Imposto sobre o Valor Acrescentado – operações transfronteiriças**

Conteúdos programáticos:

Introdução;

Conceitos gerais;

Transacções intracomunitárias de bens;

Aplicação da lei no espaço (art. 6.º do Código do IVA);

A localização das operações efectuadas entre o Continente e as Regiões Autónomas;

*Reverse charge*;

Débito de prestações de serviços.

### Fevereiro

#### **Curso: Impostos diferidos (normativo actual versus SNC)**

Conteúdos programáticos:

Conceitos gerais;

Determinação de activos e passivos por impostos diferidos;

Aspectos contabilísticos;

Aspectos fiscais.

### Março

#### **Curso: Preparação de um dossiê de preços de transferência e medidas anti-abuso**

Conteúdos programáticos:

Panorama da legislação portuguesa;

Âmbito e condições de aplicação;

Análise funcional;

Métodos de preços de transferência;

Obrigações acessórias (preenchimento dos anexos A/H da declaração anual);

Preparação do dossiê fiscal de preços de transferência.

### Abril

#### **Curso: Dissolução, liquidação, fusões e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos)**

Conteúdos programáticos:

Conceitos;

Normativo Legal (Código das Sociedades Comerciais);

Tratamento contabilístico;

Reestruturações empresariais.

### Maio

#### **Curso: SNC – estrutura conceptual**

Conteúdos programáticos:

Os pressupostos da informação financeira;



A aposta na formação dos membros continua a ser a principal prioridade da CTOC

Utentes e características da informação financeira;  
Estrutura das demonstrações financeiras;  
Reconhecimento e mensuração de activos;  
Reconhecimento e mensuração de passivos;  
Capital e manutenção do capital.

### Setembro

#### **Curso: Contratação pública**

Conteúdos programáticos:  
Âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos;  
O conceito e tipos de entidades adjudicantes;  
A extensão do conceito de entidades adjudicantes e o novo âmbito da contratação pública: pessoas colectivas participadas ou subvencionadas, as empresas municipais;  
Tipos de procedimentos incluídos no Código dos Contratos Públicos;  
Novos procedimentos. Critérios de escolha do procedimento. Ajuste directo, concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento de negociação, diálogo concorrencial;  
Novos institutos: o leilão electrónico, sistemas de aquisições dinâmicos, centrais de compras, sistemas de qualificação e contratos-quadro;  
Conceito e prática de documentos e assinaturas electrónicas.

### Outubro

#### **Curso: Ajustamentos, provisões e anulações de dívidas**

Conteúdos programáticos:  
Conceitos;  
Imparidades e contingências;  
Aspectos contabilísticos;  
Tratamento fiscal.

### Novembro

#### **Curso: Reconhecimento, mensuração e divulgação dos activos tangíveis e intangíveis (normativo POC versus SNC)**

Conteúdos programáticos:  
Identificação e transacções de activos tangíveis e intangíveis;  
Mensuração dos activos tangíveis e intangíveis;  
Contabilização das realidades identificadas nos pontos anteriores;  
Preparação da estrutura da informação de relato financeiro.

## Formação permanente

### Fevereiro

#### **Curso: Contencioso tributário**

Conteúdos programáticos:  
Enquadramento prévio;  
Os princípios do procedimento tributário;  
Os procedimentos impugnatórios;  
Os princípios do processo tributário;  
O reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria tributária e a determinação da prática de actos devidos;  
Os meios impugnatórios de actos lesivos;  
Os meios cautelares.

### Março

#### **Curso: Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (normativo POC versus SNC)**

Conteúdos programáticos:  
Conceitos inerentes a estas realidades;  
Reconhecimento/desreconhecimento das realidades em presença;  
Mensuração inicial/mensuração subsequente;  
Preparação das demonstrações financeiras;  
Exigências de divulgação.

### Abril

#### **Curso: Alterações do Código do Trabalho – segurança e higiene no trabalho – procedimentos administrativos do sector do pessoal**

Conteúdos programáticos:  
Introdução;  
Conceitos gerais;  
Análise das alterações recentes ao Código do Trabalho;  
Procedimentos relacionados com a segurança e higiene no trabalho;  
Procedimentos administrativos relacionados com o pessoal.

### Maio

#### **Curso: Contabilidade Orçamental**

Conteúdos programáticos:  
Generalidades;  
Orçamentação;  
Dois elementos básicos do orçamento e controle;  
As secções e o orçamento flexível;  
Controle.

### Setembro

#### **Curso: Reconhecimento, mensuração e divulgação dos investimentos financeiros no SNC**

Conteúdos programáticos:

Conceitos inerentes a estas realidades;  
 Reconhecimento/desreconhecimento das realidades em presença;  
 Mensuração inicial/mensuração subsequente;  
 Preparação das demonstrações financeiras;  
 Exigências de divulgação.

#### **Outubro – 2009**

##### **Curso: Convenção modelo OCDE para evitar a dupla tributação**

Conteúdos programáticos:  
 Aplicação das leis fiscais no espaço;  
 Contexto actual de globalização da economia;  
 A necessidade de adequadas políticas tributárias;  
 Resenha histórica das convenções destinadas a eliminar a dupla tributação;  
 Modelo da Convenção da OCDE e as convenções bilaterais.

#### **Novembro – 2009**

##### **Curso: Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)**

Conteúdos programáticos:  
 Incidência;  
 Isenções;  
 Liquidação;  
 Pagamento.

#### **Formação à distância**

#### **Janeiro**

##### **Curso: Contabilidade para juntas de freguesia**

Conteúdos programáticos:  
 O sistema contabilístico das freguesias;  
 Os documentos previsionais;  
 Execução orçamental da despesa e receita;  
 O controlo interno;  
 A prestação de contas.

##### **Curso: IVA - regimes particulares**

Conteúdos programáticos:  
 Regimes especiais de tributação existentes;  
 Regime especial de tributação dos tabacos;  
 Regime especial de tributação dos combustíveis;  
 Regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objectos de arte, de colecção e antiguidades;  
 Regime especial de isenção do art. 53.º;

Regime especial dos pequenos retalhistas;  
 Regime especial do ouro para investimento.

##### **Curso: Elaboração de um plano de negócios**

Conteúdos programáticos:  
 Recolha de informação e trabalhos preparatórios conducentes ao plano de negócios;  
 Construção do “dossiê-tipo” do plano de negócios;  
 Avaliação do desempenho do negócio baseado no plano de negócios.

##### **Curso: Contencioso tributário**

Conteúdos programáticos:  
 Enquadramento prévio;  
 Os princípios do procedimento tributário;  
 Os procedimentos impugnatórios;  
 Os princípios do processo tributário;  
 O reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria tributária e a determinação da prática de actos devidos;  
 Os meios impugnatórios de actos lesivos;  
 Os meios cautelares.

#### **Fevereiro**

##### **Curso: Prestação de contas na Administração Pública**

Conteúdos programáticos:  
 Enquadramento;  
 Finalidade e informação de prestação de contas;  
 Prestação de contas;  
 Documentos exigidos pelos planos de contas públicos;  
 Documentos exigidos pelo Tribunal de Contas;  
 Documentos exigidos pela Direcção-Geral do Orçamento;  
 Documentos exigidos pelo INE.

##### **Curso: Imposto sobre o Valor Acrescentado – operações transfronteiriças**

Conteúdos programáticos:  
 Introdução;  
 Conceitos gerais;  
 Transacções intracomunitárias de bens;  
 Aplicação da lei no espaço (art. 6.º do Código do IVA);  
 A localização das operações efectuadas entre o

Continente e as Regiões Autónomas;  
*Reverse charge*;  
 Débito de prestações de serviços.

### **Curso: Finanças e mercados financeiros**

Conteúdos programáticos:  
 Fundamentos de finanças;  
 Mercado monetário;  
 Mercado de capitais;  
 Formação taxas;  
 Produtos financeiros – conceitos;  
 Cobertura de riscos.

### **Março**

#### **Curso: Processo de execução fiscal**

Conteúdos programáticos:  
 Execução fiscal;  
 Processo de execução fiscal.

#### **Curso: Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)**

Conteúdos programáticos:  
 Enquadramento;  
 Rendimentos e gastos;  
 Variações patrimoniais positivas e negativas;  
 Regime das reintegrações e amortizações;  
 Imparidade de activos;  
 Provisões.

#### **Curso: Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (normativo POC versus SNC)**

Conteúdos programáticos:  
 Conceitos inerentes a estas realidades;  
 Reconhecimento/desreconhecimento das realidades em presença;  
 Mensuração Inicial/mensuração subsequente;  
 Preparação das demonstrações financeiras;  
 Exigências de divulgação.

### **Abril**

#### **Curso: Consolidação de contas na Administração Pública**

Conteúdos programáticos:  
 Legislação enquadradora;  
 Métodos de consolidação;  
 Metodologia para a consolidação nas entidades públicas;  
 Operações de consolidação.

#### **Curso: Infracções tributárias**

Conteúdos programáticos:  
 Conceitos comuns e regras gerais;  
 Processo penal tributário;

Processo de contra-ordenações tributárias;  
 Crimes e contra-ordenações tributárias.

#### **Curso: Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)**

Conteúdos programáticos:  
 Incidência;  
 Isenções;  
 Liquidação;  
 Pagamento.

### **Maio**

#### **Curso: SNC – Estrutura conceptual**

Conteúdos programáticos:  
 Os pressupostos da informação financeira;  
 Utentes e características da informação financeira;  
 Estrutura das demonstrações financeiras;  
 Reconhecimento e mensuração de activos;  
 Reconhecimento e mensuração de passivos;  
 Capital e manutenção do capital.

#### **Curso: Alterações do Código do Trabalho – segurança e higiene no trabalho – procedimentos administrativos do sector do pessoal**

Conteúdos programáticos:  
 Introdução;  
 Conceitos gerais;  
 Análise das alterações recentes ao Código do Trabalho;  
 Procedimentos relacionados com a segurança e higiene no trabalho;  
 Procedimentos administrativos relacionados com o pessoal.

#### **Curso: SNC – activos não correntes**

Conteúdos programáticos:  
 Reconhecimento/desreconhecimento de activos não correntes;  
 Mensuração inicial/mensuração subsequente de activos não correntes;  
 Depreciação/imparidade de activos não correntes;  
 Exigências de divulgação.

### **Junho**

#### **Curso: Gestão de tesouraria**

Conteúdos programáticos:  
 Introdução;  
 A gestão do activo circulante;  
 A gestão dos *stocks*;  
 A gestão de clientes;  
 A gestão das disponibilidades.



As acções de formação têm registado adesões significativas

**Curso: SNC – Imparidade de activos e contingências**

Conteúdos programáticos:

Imparidade de activos;

Provisões;

Passivos e activos contingentes;

Acontecimentos após a data do balanço;

Políticas contabilísticas e alterações em estimativas;

Erros.

**Curso: IRS – mais e menos-valias obtidas por residentes e não residentes**

Conteúdos programáticos:

Enquadramento;

Mais e menos-valias obtidas por residentes:

- Mais-valias sujeitas a imposto;
- Mais-valias sujeitas a englobamento;

- Mais-valias sujeitas a taxas específicas.
- Mais e menos-valias obtidas por não residentes.

**Curso: Convenção modelo da OCDE para evitar a dupla tributação**

Conteúdos programáticos:

Aplicação das leis fiscais no espaço;

Contexto actual de globalização da economia;

A necessidade de adequadas políticas tributárias;

Resenha histórica das convenções destinadas a eliminar a dupla tributação;

Modelo da Convenção da OCDE e as convenções bilaterais.

**Julho**

**Curso: IVA (Revisão do código)**

Conteúdos programáticos:

Incidência;  
Isenções;  
Liquidação;  
Pagamento.

### **Curso: SNC – passivos não correntes**

Conteúdos programáticos:  
Reconhecimento/desreconhecimento de activos não correntes;  
Mensuração inicial/mensuração subsequente de activos não correntes;  
Depreciação/Imparidade de activos não correntes;  
Exigências de divulgação.

### **Setembro**

#### **Curso: Contratação pública**

Conteúdos programáticos:  
Âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos;  
O conceito e tipos de entidades adjudicantes;  
A extensão do conceito de entidades adjudicantes e o novo âmbito da contratação pública: pessoas colectivas participadas ou subvencionadas, as empresas municipais;  
Tipos de procedimentos incluídos no Código dos Contratos Públicos;  
Novos procedimentos. Critérios de escolha do procedimento. Ajuste directo, concurso público, concurso limitado por prévia qualificação, procedimento de negociação, diálogo concorrencial;  
Novos institutos: o leilão electrónico, sistemas de aquisições dinâmicos, centrais de compras, sistemas de qualificação e contratos-quadro;  
Conceito e prática de documentos e assinaturas electrónicas.

#### **Curso: Dissolução e liquidação de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)**

Conteúdos programáticos:  
Enquadramento;  
Dissolução e liquidação – aspectos contabilísticos;  
Dissolução e liquidação – aspectos fiscais.

#### **Curso: SNC – pequenas entidades**

Conteúdos programáticos:  
Conceitos inerentes a estas realidades;  
Estrutura e conteúdo das DF;  
Adopção pela primeira vez da NCRF-PE;  
Tratamento dos activos, passivos, gastos e rendimentos;

Preparação das demonstrações financeiras;  
Exigências de divulgação.

### **Outubro**

#### **Curso: SNC – adopção pela primeira vez**

Conteúdos programáticos:  
Conceitos inerentes a estas realidades;  
Reconhecimento e mensuração dos elementos do balanço;  
Apresentação das demonstrações financeiras

#### **Curso: IRC – alterações na sequência da adopção do SNC**

Conteúdos programáticos:  
A divulgar

#### **Curso: Peritagem contabilística e fiscal**

Conteúdos programáticos:  
Conceitos: peritagem contabilística e peritagem fiscal;  
Peritagem e auditoria;  
Peritagem contabilística;  
Peritagem fiscal.

### **Novembro**

#### **Curso: Contabilidade Orçamental na Administração Pública**

Conteúdos programáticos:  
O orçamento;  
A Contabilidade Orçamental;  
Operações extra-orçamentais;  
IVA como operação não orçamental.

#### **Curso: SNC – preparação das demonstrações financeiras**

Conteúdos programáticos:  
Conceitos inerentes a estas realidades;  
O balanço;  
A demonstração dos resultados por naturezas;  
A demonstração dos resultados por funções;  
A demonstração das alterações nos capitais próprios;  
Os anexos às demonstrações financeiras.

#### **Curso: Reconhecimento, mensuração e divulgação dos investimentos financeiros no SNC**

Conteúdos programáticos:  
Conceitos inerentes a estas realidades;  
Reconhecimento/desreconhecimento das realidades em presença;  
Mensuração inicial/mensuração subsequente;  
Preparação das demonstrações financeiras;  
Exigências de divulgação.